



PPG ESA UEPA
ENSINO EM SAÚDE
NA AMAZÔNIA
MESTRADO E DOUTORADO



Soanne Chyara Soares Lira
Márcia Bitar Portella

AUTOAVALIAÇÃO NA PÓS- GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

*Guia para a construção de instrumentos de coleta
de dados e avaliação do impacto social*



AUTOAVALIAÇÃO **NA PÓS-** **GRADUAÇÃO** **PROFISSIONAL**

*Guia para a construção de instrumentos de coleta
de dados e avaliação do impacto social*

Soanne Chyara Soares Lira
Márcia Bitar Portella

AUTOAVALIAÇÃO NA PÓS- GRADUAÇÃO PROFISSIONAL

*Guia para a construção de instrumentos de coleta
de dados e avaliação do impacto social*



Nota

A medicina, em sua essência, é um campo em perpétua transformação. O conhecimento em ciências da saúde, impulsionado por novas pesquisas e pela experiência clínica em constante expansão, está sujeito a revisões e atualizações frequentes. As informações contidas neste livro, embora baseadas em fontes confiáveis e refletindo o estado da arte no momento da publicação, podem ser suplantadas por novos achados científicos ou por mudanças nas práticas clínicas. Diante da natureza dinâmica das ciências da saúde, o leitor assume um papel indispensável na busca pelo conhecimento atualizado e seguro. A consulta a outras fontes confiáveis, como periódicos científicos indexados e diretrizes clínicas, é fundamental para complementar e confirmar as informações aqui apresentadas. As ciências da saúde, em constante evolução, exigem do leitor uma postura ativa e crítica na busca pelo conhecimento. A informação médica, embora valiosa, deve ser sempre confrontada com outras fontes e discutida com profissionais de saúde qualificados, que podem fornecer orientação personalizada e segura.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) elaborada por Editora
Neurus – Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

L768a

Lira, Soanne Chyara Soares

Autoavaliação na pós-graduação profissional: guia para a construção de instrumentos de coleta de dados e avaliação do impacto social / Soanne Chyara Soares Lira, Márcia Bitar Portella. – Belém: Neurus, 2025.
Programa de Pós-graduação em Ensino em Saúde na Amazônia

Produto educacional em PDF
70 p.

ISBN 978-65-5446-279-2

DOI [10.29327/5537056](https://doi.org/10.29327/5537056)

Link de acesso: <https://doi.org/10.29327/5537056>

1. Pós-graduação. 2. Produto educacional. I. Lira, Soanne Chyara Soares. II. Portella, Márcia Bitar. III. Título.

CDD 378.155

O conteúdo, os dados, as correções e a confiabilidade são de inteira responsabilidade dos autores.

A Editora Neurus e os respectivos autores desta obra autorizam a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e de pesquisa, desde que citada a fonte. Os conteúdos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Editora Neurus.

Editora Neurus
Belém/PA
2025

Editor-chefe

Tássio Ricardo Martins da Costa

Editora-executiva

Raynara Bandeira da Costa

Editora-técnica

Niceane dos Santos Figueiredo Teixeira

Assistente editorial

Jobson da Mota Fonseca

Bibliotecária

Janaina Ramos

2025 by Grupo Editorial Neurus

Copyright © Grupo Editorial Neurus

Copyright do texto © 2025 Os autores

Copyright da edição © 2025 Grupo Editorial Neurus

Direitos para esta edição cedidos ao

Grupo Editorial Neurus pelos autores e organizadores.

A fim de assegurar a qualidade e a confiabilidade do conteúdo publicado, todos os artigos submetidos a esta editora passam por um processo de revisão por pares, realizado por membros do Conselho Editorial. A avaliação é conduzida de forma anônima, garantindo a imparcialidade e o rigor acadêmico.

O Grupo Editorial Neurus preza pela ética e integridade em suas publicações, adotando medidas para prevenir plágio, falsificação de dados e conflitos de interesse. Qualquer suspeita de má conduta científica será rigorosamente investigada, com base em critérios acadêmicos e éticos.

CONSELHO EDITORIAL

Sting Ray Gouveia Moura

Doutor, Universidade Católica de Brasília (UCB). Marabá, Pará, Brasil.

Adriana Letícia dos Santos Gorayeb

Doutora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.

Ana Caroline Guedes Souza Martins

Doutora, Fundação Oswaldo Cruz (INI-FIOCRUZ-RJ). Belém, Pará, Brasil.

Simone Aguiar da Silva Figueira

Doutora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.

Selma Kazumi da Trindade Noguchi

Doutora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.

Sarah Lais Rocha

Doutora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Carajás, Pará, Brasil.

Suanne Coelho Pinheiro Viana

Mestra, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, Brasil.

Anne Caroline Gonçalves Lima

Doutora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.

Isis Ataíde da Silva

Doutoranda, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, Brasil.

Daniel Figueiredo Alves da Silva	Doutor, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.
Elcilane Gomes Silva	Doutora, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.
Alfredo Cardoso Costa	Doutor, Docente na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém, Pará, Brasil.
Renata Campos de Sousa Borges	Doutora, Docente na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Tucuruí, Pará, Brasil.
Nathalie Porfirio Mendes	Mestra, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, Brasil.
Leopoldo Silva de Moraes	Doutor, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará, Brasil.
David José Oliveira Tozetto	Doutor, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenador Adjunto do curso de medicina, UEPA. Marabá, Pará, Brasil.
Elisângela Claudia de Medeiros Moreira	Doutora, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
Benedito do Carmo Gomes Cantão	Doutorando, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Tucuruí, Pará, Brasil.
Vanessa Costa Alves Galúcio	Doutora, Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Belém, Pará, Brasil.
Iza Fernanda Barboza Duarte Rodrigues	Doutoranda, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Alagoas, Brasil.

INFORMAÇÕES SOBRE AS AUTORAS



Soanne Chyara Soares Lira

Fisioterapeuta, Centro Universitário do Pará (CESUPA). Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Ensino em Saúde na Amazônia (PPGESA), Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestrado em Neurociências e Biologia Celular, Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Fisioterapia em Terapia Intensiva, Universidade da Amazônia (UNAMA). Professora assistente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Brasil. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0663265324543111>



Márcia Bitar Portella

Médica, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutorado em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestrado em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Especialista em Pediatria, Sociedade Brasileira de Pediatria e Especialista em Educação em Saúde, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Belém, Pará, Brasil. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9865172579876286>

INFORMAÇÕES SOBRE AS REVISORAS

Rafaela Cordeiro de Macêdo

Fisioterapeuta, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Especialização em Fisioterapia Respiratória, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestrado em Ensino e Saúde na Amazônia, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutoranda em Ensino e Saúde na Amazônia (ESA/UEPA). Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação, CESUPA. Membro da Rede de Cooperação Interinstitucional de Autoavaliação do SEMESP/SP. Brasil.

Siomara Brandião Basto

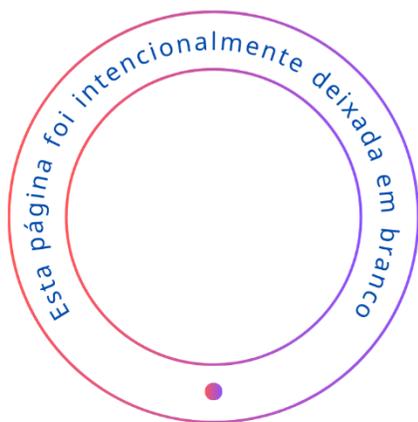
Bacharelado em Direito, Centro Universitário FAESA/ES. MBA em Gerenciamento de Projetos, Centro Universitário FAESA/ES. Mestranda em Estudos Jurídicos em Direito Internacional, MUST University. Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação e Procuradora Institucional do Centro Universitário (FAESA/ES). Membro da Rede de Cooperação Interinstitucional de Autoavaliação do SEMESP/SP. Brasil.

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este guia foi elaborado com o objetivo de apoiar instituições de ensino superior, especialmente programas de pós-graduação stricto sensu, na construção, validação e aplicação de instrumentos eficazes de autoavaliação. Propõe-se oferecer um material acessível, prático e fundamentado, teoricamente, que contribua para o fortalecimento de uma cultura de avaliação contínua, participativa e estratégica.

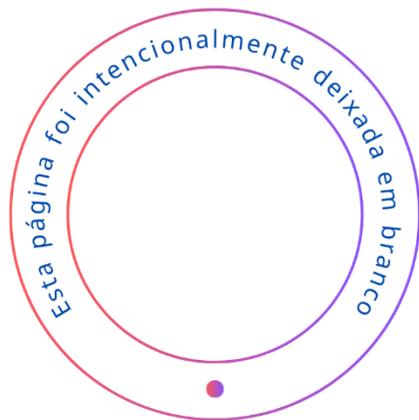
Reconhecendo a importância da autoavaliação como ferramenta de gestão e melhoria institucional, este guia reúne orientações claras sobre como estruturar um instrumento de coleta de dados, desde a definição dos objetivos e indicadores, até a construção de itens. São abordados ainda, exemplos práticos de construção de instrumento de coleta de dados dentro de uma temática desafiadora: o impacto que as ações/ inovações têm na sociedade. Por fim, é apresentado brevemente um software que otimiza todo o processo de autoavaliação, tornando-se assim uma plataforma inovadora para o planejamento estratégico de instituições de ensino superior/ programas de pós-graduação stricto sensu.

Mais do que um roteiro técnico, este documento busca incentivar a reflexão crítica e o engajamento da gestão, na construção coletiva de indicadores e práticas que fortaleçam a identidade e a excelência dos programas.



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	13
O PAPEL DA AUTOAVALIAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	
CAPÍTULO 2	15
AUTOAVALIAÇÃO NO <i>STRICTO SENSU</i>	
CAPÍTULO 3	17
PASSO-A-PASSO PARA A CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA AUTOAVALIAÇÃO	
CAPÍTULO 4	33
EXEMPLO DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA MENSURAR IMPACTO SOCIAL DE UMA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	
CAPÍTULO 5	57
EXEMPLO DE <i>SOFTWARE</i> PARA APLICAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO	
CAPÍTULO 6	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A OBRA	
REFERÊNCIAS	65





1

O PAPEL DA AUTOAVALIAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

“A autoavaliação é o processo de se avaliar a si próprio” (Brasil, 2019a, p. 7). É a avaliação interna; um organizador qualificado. Está focada no processo, e não no produto. Tem caráter formativo para aperfeiçoamento; permite reflexão sobre seu próprio contexto, permitindo reconhecer fragilidades e potencialidades, que oferecem subsídios para decisões estratégicas que visem à melhoria contínua.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é regulamentado pela Lei nº 10.861/2004, e estabelece o seguinte:

“A avaliação das instituições de educação superior tem um caráter formativo e visa o aperfeiçoamento [...] a instituição constrói aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmicas e sociais”

Sabendo que a “verificação e o controle externo não garantem a qualidade das IES” (Verhine; Freitas, 2012, p. 25), e partindo de um olhar interno, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é quem conduz os processos de Autoavaliação em uma IES. Dessa forma, a CPA deve ser diversificada, tendo como representantes segmentos da Instituição, incluindo docentes, discentes, técnicos-administrativos e sociedade civil (Brasil, 2004).

A CPA deve atuar com autonomia e de forma estratégica para impulsionar a melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa, assegurando que a IES esteja sempre alinhada à sua missão, visão e valores.



2

AUTOAVALIAÇÃO NO *STRICTO SENSU*

Adotando a mesma sistemática dos SINAES, a partir de 2019 foi instituída a Comissão de Autoavaliação na Pós-graduação Stricto Sensu, devendo ser formada por discentes, docentes e técnicos (e possivelmente egresso e/ou empregador) (Brasil, 2004, p. 9; Brasil, 2019a). Esta, paulatinamente, deve implementar os “*processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção do conhecimento*” (Brasil, 2019b, p. 12).

Almeja-se que a avaliação tenha maior aspecto formativo que o propiciado pela avaliação externa, estando em maior consonância com experiências exitosas internacionais; e que a partir da autoavaliação do programa, haja evolução nos seguintes aspectos: a qualidade do ensino, a produção científica, a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a contribuição do programa para o avanço do conhecimento, entre outros (Brasil, 2019b).

Ter um qualificador interno reconhecido representa um avanço para as pós-graduações, pois contribui para a construção da identidade, ao mesmo tempo em que respeita a heterogeneidade, diversidade, pluralidade, e autonomia de cada programa. Assim como no contexto de IES, nos programas de pós-graduação, os resultados devem subsidiar a elaboração de planos de ação voltados ao aprimoramento contínuo do programa, assegurando sua qualidade e fortalecendo sua competitividade no cenário acadêmico e/ou profissional (Mesquita; Lima; Leite, 2023).

Por fim, a autoavaliação se bem delineada tende a gerar resultados satisfatórios não somente para a avaliação externa (regulação), mas sobretudo para o programa, desdobrando-se em melhorias para a sociedade.

MEASURE

ASSESS

EVALUATION

ANALYSIS

3

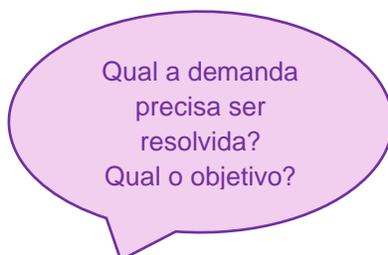
**PASSO-A-PASSO PARA A
CONSTRUÇÃO E
VALIDAÇÃO DE UM
INSTRUMENTO DE COLETA
DE DADOS DA
AUTOAVALIAÇÃO**

Um dos pontos centrais do trabalho de uma Comissão de Autoavaliação, é elencar aspectos que possam mostrar um retrato da instituição. Estes podem advir de dados secundários (ex. taxa de ocupação, índice de evasão, entre outros), ou ainda por meio de instrumentos de coleta de dados.

Este guia versa sobre a construção de um instrumento de coleta de dados, que exige a adoção de etapas bem definidas. Estas envolvem desde a conceitualização do instrumento e a revisão da literatura sobre o construto, passando pela elaboração dos itens, validação e análise dos resultados, até a revisão final (Hutz; Bandeira; Trentini, 2015).

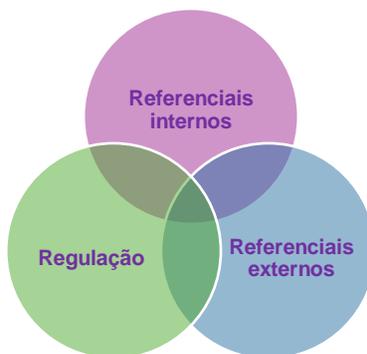
CONSTRUÇÃO

➤ Definição do objetivo



Deve-se iniciar a construção de indicadores pelo(s) objetivo(s) claros e factíveis que se deseja atingir. A utilização de indicadores sem metas claras, tende a produzir indicadores que não têm finalidade (Bahia, 2021). Então, é preciso ter clareza do que se deseja avaliar. Para tal, deve-se observar pelo menos 3 aspectos, como mostrado na figura 1:

Figura 1 – Aspectos a serem observados para a definição do objetivo de um instrumento de coleta de dados



Fonte: Autores, 2025.

- **Referenciais internos:** Partindo do pressuposto de que a Autoavaliação deve ser conduzida por representantes de diversos segmentos, para a construção de quaisquer instrumentos, deve-se considerar o contexto vivenciado; observar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os propósitos, o planejamento estratégico de uma IES ou Programa Stricto Sensu etc.
- **Referenciais externos:** Mesmo se há um referencial interno, observar o que se publica acerca da temática pretendida, aprimora a possibilidade de instrumentos bem construídos, e que dialogam com o “mundo”. Boas práticas de outras IES ou outros programas contribuem para dar mais legitimidade ao processo.
- **Regulação:** O sistema de avaliação de qualidade no Brasil orienta/ exige indicadores que são imprescindíveis para uma boa atuação de uma IES, ou programas. Mesmo se existem diversas críticas a uma possível homogeneização, é preciso atender à regulação.

O quadro 1 sumariza um exemplo de como abordar os três aspectos ponderados, tendo como contexto a Política de Assistência Estudantil em uma IES.

Quadro 1 – Exemplo de definição de objetivo, considerando os referenciais e a regulação.

Referencial Interno

Exemplo de insumos para o objetivo que pode advir de um PDI de uma IES, pois é necessário mensurar aquilo que é planejado. O contexto, é o PDI (2017-2027) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), uma universidade pública do norte do Brasil. Está previsto para a área de ensino de graduação o objetivo “Fortalecer a política de assistência estudantil”, e como meta “Implantar o programa pedagógico e biopsicossocial”.

(Universidade do Estado do Pará, 2017, p. 29).

Referencial Externo

Exemplo de insumos para o objetivo que pode advir do Decreto nº 7234/2010, que trata sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Nele, estão descritas as áreas das ações de assistência a serem desenvolvidas para os estudantes: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

(Brasil, 2010).

Exemplo de insumos para o objetivo que pode advir de experiências em outras IES ou publicações. Como de indicadores qualitativos, como o “Índice de Satisfação dos alunos assistidos”, ou quantitativos advindos de dados secundários, como “Índice de evasão geral e de alunos com algum tipo de assistência”, “Índice do Total de Bolsas de Assistência Ofertadas por Total de Estudantes Inscritos para Bolsas de Assistências” e “Taxa de Sucesso da Graduação para alunos assistidos”.

(Fava; Cintra, 2022).

Regulação

Exemplo de insumos para o objetivo que deve atender a regulação. O primeiro, advindo do instrumento de avaliação externa para o credenciamento de instituições de ensino superior, no Eixo 3 “Políticas Acadêmicas”, no Indicador 3.11 “Política de atendimento aos discentes”, terá nota máxima as IES às quais,

“A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.” (Brasil, 2017a, p. 20).

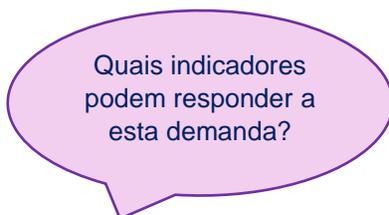
O segundo, advindo do instrumento de avaliação externa para a renovação de reconhecimento de curso, na Dimensão 1 “Organização didático-pedagógica”, no Indicador 1.12 “Apoio aos discentes”, terá nota máxima o curso que,

“O apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.” (BRASIL, 2017b, p. 15)

Fonte: Análise dos autores, 2025.

Com base no quadro 1, caberá à Comissão de Autoavaliação, dentro do contexto de sua instituição, definir o objetivo para o instrumento de coleta de dados, podendo ser este: Evidenciar a efetivação da Política de Assistência Estudantil da IES por meio de indicadores primários e secundários.

➤ Definição de indicadores

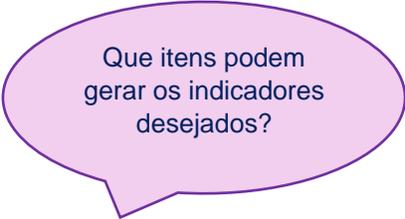


Os indicadores são informações mensuráveis de natureza quantitativa ou qualitativa que buscam explicitar uma realidade. Exercem um papel fundamental na gestão, sendo ferramentas essenciais para monitorar e avaliar o desempenho de organizações, projetos, programas e políticas. Eles possibilitam o acompanhamento do cumprimento de metas, a identificação de progressos, a melhoria da qualidade, além de auxiliar na detecção de problemas e na necessidade de ajustes estratégicos (Bahia, 2021).

Após a definição dos objetivos, com base nas demandas da IES/programas, nos referenciais externos e nos marcos regulatórios, caberá à Comissão de Avaliação eleger o que faz sentido para os indicadores dentro do seu contexto. Embora estes sejam de natureza qualitativa, como Satisfação/Percepção; ou quantitativa, como taxa de evasão e desempenho acadêmico, devem ser passíveis de mensuração; especificados por meio de métricas estatísticas, por meio de porcentagem, média, proporção, entre outros parâmetros.

No exemplo posto no Quadro 1, no referencial externo, o “Índice de Satisfação dos alunos assistidos” é um indicador qualitativo, identificado a partir de percepção dos estudantes; e os demais, um indicador quantitativo. É importante salientar que a combinação de ambos os tipos de indicadores proporciona uma visão mais abrangente e precisa do desempenho institucional.

➤ **Construção de itens**



Que itens podem gerar os indicadores desejados?

Ao elaborar um instrumento de coleta de dados para um indicador qualitativo, na ausência de instrumentos validados que se adeque à realidade vivenciada, é recomendável adotar boas práticas fundamentadas na psicometria (Hutz; Bandeira; Trentini, 2015; Pasquali, 2010). Entre essas práticas, destacam-se:

- Realizar uma pergunta por item;
- Ter poucos ou nenhum item perguntando o mesmo aspecto;

- Evitar confundir o respondente, como utilizar perguntas na afirmativa e na negativa no mesmo instrumento, com possibilidades de respostas que possam confundir;
- Diversificar as formas de pergunta para evitar o cansaço do respondente;
- Evitar expressões extremistas, como sempre, muito, extremamente;
- Excluir os itens que, porventura, podem não responder à demanda da pesquisa;
- Buscar linguagem adequada para o público-alvo, entre outros.

Além disso, ao elaborar instrumentos de coleta de dados, é fundamental escolher a escala de mensuração adequada. Para dados quantitativos, utiliza-se uma escala numérica, podendo ser dividida em dados discretos (valores inteiros, como, por exemplo, taxa de evasão, taxa de ocupação e número de publicações); ou dados contínuos (valores dentro de um intervalo, como, por exemplo, a nota atribuída a um aluno ou à duração de um curso, quando os valores são fracionados) (Bussab; Morettin, 2017).

No caso dos dados qualitativos, estes podem seguir uma ordem, caracterizando uma escala ordinal (como, por exemplo, nível de escolaridade, nível de satisfação ou concordância); ou não seguir uma ordem, como ocorre em uma escala nominal (exemplos incluem estado civil e área de atuação) (Bussab; Morettin, 2017).

Os indicadores de dados quantitativos são mais diretos e, em geral, podem ser obtidos por meio de dados secundários. Já os qualitativos exigem maior especificidade e, para sua mensuração, podem ser utilizadas escalas validadas amplamente reconhecidas na literatura. A mais comum é a escala *Likert*, que avalia os níveis de concordância ou satisfação, podendo variar ordinalmente como, por exemplo, de “discordo totalmente”, “discordo parcialmente”, “neutro”, “concordo parcialmente” ou “concordo totalmente”.

Uma outra opção, é utilizar a escala *Phrase Completion*, em que o respondente completa uma frase iniciada pelo questionário,

permitindo respostas abertas que revelam percepções ou atitudes subjetivas. A vantagem desta última é que se busca mensurar entre os extremos uma nota que varia de 0 a 10, adaptando uma análise de um dado qualitativo de modo quantitativo (Hodge; Gillespie, 2007).

Quadro 2 – Exemplo de item qualitativo ordinal que poderia ser aplicado somente para os alunos que recebem algum tipo de auxílio estudantil para a permanência na universidade.

<i>Likert</i>												
<i>O apoio financeiro da universidade (ex. auxílio-moradia, auxílio-alimentação, bolsas etc.) é suficiente para garantir a permanência nos meus estudos.</i>												
<i>Discordo Totalmente</i>	<i>Discordo Prcialmente</i>	<i>Neutro</i>	<i>Concordo Parcialmente</i>	<i>Concordo Totalmente</i>								
<i>Phrase completion</i>												
<i>Considero que apoio financeiro da universidade (ex. auxílio-moradia, auxílio-alimentação, bolsas etc.) para garantir a permanência nos meus estudos é</i>												
<i>Totalmente Insuficiente</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>Totalmente Suficiente</i>

Fonte: Autores, 2025.

A escolha da escala a ser utilizada deve ser coerente com a natureza dos dados, com os objetivos do instrumento, facilitando tanto a análise estatística quanto à interpretação dos resultados.

VALIDAÇÃO

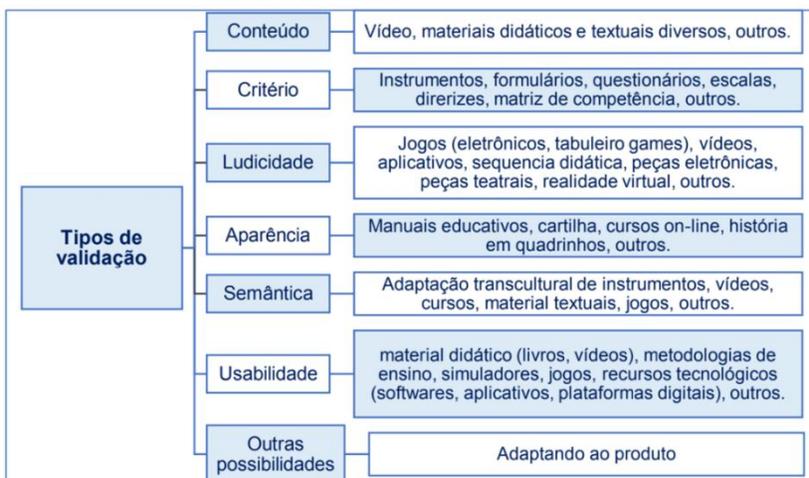
A validação de tecnologias, no caso deste guia, de um instrumento de coleta de dados, constitui uma etapa essencial anterior à sua implementação, tendo como objetivo verificar sua adequação para o cumprimento das funções a que propõe. A ausência desse processo pode resultar no desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados ineficazes, com pouca precisão ou fidedignidade, podendo não serem úteis para a tomada de decisão (Cook; Hatala, 2016).

Segundo Rocha *et al.* (2024) para a validação é necessário que, com base na tipologia de produto, elenque-se o tipo de validação a ser realizada, o instrumento de coleta de dados, o público envolvido, bem como a análise de dados. Este guia, apresentará alguns contextos para a validação.

➤ Tipos de validação

Há diversos tipos de validação possíveis, depende da tecnologia a ser empregada. Para exemplificar, tomar-se-á por base o contexto educacional da saúde (Figura 2), em que há uma complexidade e inúmeros tipos possíveis de validação (ROCHA *et al.*, 2024).

Figura 2 – Tipos de validação utilizadas de acordo com o produto educacional em ensino em saúde.



Fonte: Rocha *et al.*, 2024.

Para a avaliação de instrumentos de coleta de dados, pode-se tomar por base a validação de conteúdo, com intuito de avaliar representatividade dos itens em relação ao construto (conceito, atributo ou variável) que se deseja medir (Pasquali, 2010) em outras palavras, se são relevantes e representativos para um propósito de

avaliação específico (Haynes; Richard; Kubany, 1995). Este tipo de validação será discutido nas seções subsequentes.

➤ Público-alvo

Não há uniformidade acerca do melhor público que deve validar uma tecnologia, pois todos têm vantagens e/ou desvantagens, dentro de um contexto vivenciado. De uma maneira geral, tem-se quem poderá realizar isto:

- Especialistas ou juízes-especialistas, profissionais com formação, conhecimento e/ou experiência relacionada à temática do produto tecnológico. Joventino, Ximenes e Oriá (2010) orientam que a seleção destes experts deve considerar o alcance de ao menos 5 pontos, seguindo o Quadro 3. E por se tratar de um público específico, pode-se utilizar amostragem não probabilística, de conveniência, com recurso à técnica bola-de-neve (“*snowball*”), na qual ao se identificar um especialista que se encaixa nos critérios de elegibilidade, solicita-se ao mesmo que indique outros participantes e assim sucessivamente (Vinuto, 2014).

Quadro 3 – Critérios para classificação dos juízes especialistas.

Critérios	Pontuação
Ser doutor	4p
Possuir tese na área de interesse	2p
Ser mestre	3p
Possuir dissertação na área de interesse	2p
Possuir artigo publicado em periódico indexado sobre a área de interesse	1p
Possuir prática profissional (clínica, ensino, pesquisa) recente, de no mínimo, 5 anos na área temática de interesse	2p
Ser especialista em área relacionada à área de interesse	2p

Fonte: Joventino; Ximenes; Oriá, 2010.

- Usuários individuais que vão utilizar a tecnologia, que podem apontar e direcionar ajustes para que o produto tecnológico seja acessível, compreensível e útil no contexto vivenciado (CASSIANO *et al.*, 2020). Em geral, a seleção é feita por

conveniência, pois precisa estar em consonância com o público que irá utilizar a tecnologia.

Não há um consenso firmado sobre o número de participantes necessários para a validação. Dependerá de alguns fatores, como as características do produto, método a ser utilizado, o público-alvo e sua disponibilidade, entre outros (Rocha *et al.*, 2024).

➤ Instrumentos utilizados e análise dos resultados

Especificamente para instrumentos de coleta de dados, será sugerido um método de validação com juízes-especialistas com duas opções de análises e um método para usuários.

• Validação por juízes-especialistas

A validação do conteúdo em instrumentos de coleta de dados, foi descrita por Pasquali (2010), com o intento de traduzir instrumentos da psicometria, já que a maioria desses testes são advindos de outras culturas. Neste guia, a metodologia utilizada pelas autoras foi adaptada para validação de instrumentos de coleta de dados, prevendo a utilização destas dimensões:

- **Clareza da linguagem:** se está adequada ao público-alvo;
- **Relevância teórica:** relação entre o item proposto e a teoria;
- **Pertinência prática:** se está adequado ao conceito que se deseja mensurar no público-alvo.

Para cada item proposto, os juízes-especialistas devem opinar sobre a intensidade de concordância em uma escala do tipo *Likert* variando de 1 a 5, como mostrado no Quadro 4. Sugere-se ainda, permitir sugestões e opiniões sobre cada item proposto.

Quadro 4 – Escala do tipo *Likert* e seu referencial numérico.

Escala do tipo <i>Likert</i>	Referencial
Pouquíssimo	1
Pouco	2
Médio	3
Muito	4
Muitíssimo	5

Fonte: Hernández-Nieto, 2002 *apud* Pasquali 2010.

De modo prático, o instrumento para coletar a validação pode incluir uma categorização dos juízes-especialistas, considerando os critérios de Joventino, Ximenes e Oriá (2010), já descrito no quadro 3, seguido das opções de julgamento para cada item do instrumento de coleta de dados, além de espaço para críticas e sugestões (Quadro 5).

Quadro 5 – Questionário de validação do conteúdo com suas dimensões.

Itens	Clareza de linguagem	Pertinência	Relevância teórica	Observação (sugestões e críticas)
01	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
02	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
03	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
04	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
...	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	

Fonte: Adaptado de Pasquali, 2010, p. 512.

A primeira opção de análise das 3 dimensões, como as variáveis são não categóricas, pode-se utilizar o Coeficiente de Validade do Conteúdo (CVC) que calcula a concordância entre os juízes-especialistas acerca do instrumento proposto (Hernández-Nieto, 2002 *apud* Pasquali, 2010). O cálculo se dá em 3 etapas:

- **Etapa 1:** Média das notas de cada item em cada dimensão, seguindo a fórmula:

$$\text{Média do item} = \frac{\text{Soma das notas dos juízes-especialistas}}{\text{Número de juízes especialistas}}$$

- **Etapa 2:** CVC do item, dada pela média do item dividido pelo valor máximo da escala do tipo *Likert*, menos a função exponencial para reduzir os possíveis vieses dos juízes-especialistas, seguindo a fórmula:

$$\text{CVC do item} = \frac{\text{Média do item}}{\text{Valor máximo da Likert}} - \left(\frac{1}{n^{\circ} \text{ de juizes}} \right)^{n^{\circ} \text{ de juizes}}$$

- **Etapa 3:** CVC total, dada pela média do CVC dos itens, menos a função exponencial para reduzir possíveis vieses dos juízes-especialistas, seguindo a fórmula:

$$\text{CVC total} = \frac{\text{Média dos itens}}{\text{Valor máximo da Likert}} - \left(\frac{1}{n^{\circ} \text{ de juizes}} \right)^{n^{\circ} \text{ de juizes}}$$

O autor indica que o cálculo do CVC seja feito separadamente para cada dimensão, para que os itens sejam revisados individualmente. Além disso, deve-se admitir um CVC aceitável > que 0,80. Todos os itens com nota menor, ou serão adaptados ou serão excluídos, a depender também dos comentários dos juízes-especialistas. De acordo com a necessidade, somente o item adaptado passará novamente por validação (Pasquali, 2010).

A segunda opção de análise das 3 dimensões, descrita para a validação de conteúdo, é o Índice de Validade de Conteúdo (IVC). Neste, também se analisa a partir da escala do tipo *Likert*, seguindo as etapas:

- **Etapa 1:** IVC do item, dada pela razão de respostas concordantes, seguindo a fórmula:

$$\text{IVC do item} = \frac{n^{\circ} \text{ de respostas concordantes}}{n^{\circ} \text{ total de respostas}}$$

- **Etapa 2:** IVC total, dada pela média dos IVC de todos os itens, seguindo a fórmula:

$$\text{IVC total} = \text{Média dos IVC de todos os itens} = \frac{\text{Soma dos IVC de todos os itens}}{\text{n}^\circ \text{ total de itens}}$$

É considerado válido um item cujo IVC obtiver índice de aprovação acima de 70% (0,7). Assim como o CVC, calcula-se para cada item a dimensão avaliada, e o total do instrumento desenvolvido. Os itens abaixo do valor preditivo devem ser excluídos ou serem adaptados para nova validação (Polit; Beck, 2019).

No método de validação do conteúdo, mesmo que não haja um consenso, pode-se utilizar 13 juízes-especialistas, pois o número ímpar de experts ajuda a evitar empates nas opiniões, durante o processo (Polit; Beck, 2019).

- **Validação por usuários**

Os usuários-alvo de um instrumento de coleta de dados são imprescindíveis no processo de validação. Em geral, a validação realizada é semântica, para verificar se os respondentes compreendem corretamente os itens de um instrumento de coleta de dados. Métodos para a validação estão novamente relacionadas a adaptações transculturais de instrumentos de coleta de dados (Beaton *et al.*, 2000).

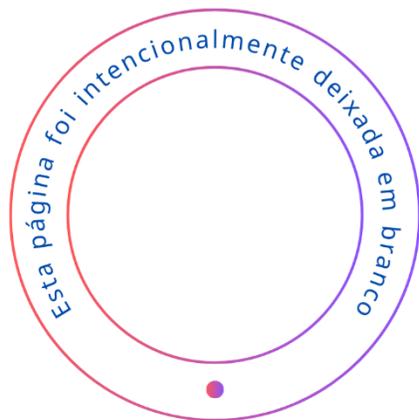
As entrevistas cognitivas são técnicas que ajudam a identificar termos confusos, ambiguidades e possíveis melhorias no questionário antes da aplicação em larga escala (Willis, 2004).

Em uma das técnicas, denominada de “*verbal probing*”, o instrumento é lido pelo pesquisador, e o usuário responde. Na sequência, o entrevistador “sonda” mais profundamente a base para a resposta, com perguntas como estas: “Você pode repetir a pergunta que acabei de fazer com suas próprias palavras?”; “O que o termo ‘educação formal’ significa para você?”; “Parece-me que você hesitou ao responder, o que passou em sua cabeça?”.

Nesta técnica, indica-se trabalhar dentro da expertise do pesquisador, mas no máximo 15 entrevistas podem ser necessárias

para balizar um instrumento de coleta de dados. Os ajustes devem ser realizados com base nas respostas do usuário (Willis, 2004).

Outras estratégias metodológicas de avaliação e testes podem ser aplicadas para a validação do instrumento, e o delineamento prévio do método é primordial para um trabalho exitoso, devendo considerar a finalidade do instrumento, o público-alvo, a adaptação cultural ao contexto vivenciado, entre outros.



4

EXEMPLO DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA MENSURAR IMPACTO SOCIAL DE UMA PÓS- GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*



Este instrumento foi desenvolvido para ser utilizado no contexto do *stricto sensu*, no Programa de Pós-graduação em Ensino e Saúde na Amazônia (PPGESA) da UEPA, da área 46 da CAPES, com intuito de mensurar o impacto dos produtos educacionais/ técnico-tecnológicos na sua região de influência. Para melhor compreensão do tema, pode ser consultada literatura que versa sobre a revisão de indicadores (Lira *et al.*, 2025b) bem como o detalhamento do processo de validação de instrumento de coleta de dados (Lira *et al.*, 2025a).

Neste guia será especificado o passo-a-passo da construção e validação do instrumento de coleta de dados, sendo disponibilizado os itens finais, com comentários voltados a adequações que podem ser realizadas para outros contextos.

Um dos grandes cerne da atualidade é compreender/ mensurar o impacto das ações, inovações e investimentos na sociedade, entre outros, na sociedade. Os produtos educacionais/ técnico-tecnológicos produzidos no contexto do *stricto sensu* da área de ensino, têm ligação com a solução de problemas da sociedade (Brasil, 2019c), pois são advindos de pesquisas translacionais, que constroem pontes entre os “conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais” (Brasil, 2019d, p. 3).

Além disso, a Área 46 é também interdisciplinar, para conseguir lidar com problemas complexos, multifacetários e multiculturais da atualidade (Brasil, 2019d).

Como prerrogativa, como se trata de um instrumento produzido para um contexto específico, todas as etapas, desde a construção e a validação, foram realizadas com consulta à Comissão de Autoavaliação do PPGESA, dando significado e relevância para o instrumento de coleta de dados produzido.

CONSTRUÇÃO

➤ Definição do objetivo

Como avaliar o impacto que a pós-graduação tem na sociedade?

A delimitação do objetivo deste instrumento surge a partir de referencial interno, externo e atendendo à regulação, como destacado no quadro 6.

Quadro 6 – Referenciais e aspectos regulatórios sobre a impacto social no contexto do PPGESA da UEPA.

Referencial interno

Ao observar o PDI, é necessário mensurar aquilo que é planejado. De modo geral, na missão da UEPA, está previsto “Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.”. Então, na própria missão, já se pressupõe a demanda de mensurar o impacto. Em objetivos específicos do PDI está previsto “Desenvolver conhecimento com integração social” (p.33), versando sobre a relação da universidade com os setores governamentais e não-governamentais, com os setores produtivos, bem como com a comunidade.

(Universidade do Estado do Pará, 2017).

A partir do objetivo do PPGESA “formar profissionais com capacidade técnico-científica para atuar e produzir conhecimento como formadores na confluência da universidade e dos serviços de saúde com enfoque na região amazônica”, e com base em seus objetivos específicos, observa-se a necessidade de mensurar a relação com os múltiplos ambientes de ensino na saúde, com o mercado de trabalho, com o SUS, com as demandas da Amazônia, dentre outros.

(Sobre o Programa – PPG ESA, [s.d.]).

Referencial externo

Ao observar indicadores advindos de publicações da área de ensino foram destacados possíveis insumos para avaliação de impacto social:

- Aderência com o SUS;
- Aderência com políticas públicas;
- Âmbito impactado pelo produto;
- Nível de ensino.

(Gomes *et al.*, 2023).

Ao observar indicadores advindos de outras áreas da CAPES, como a de Serviço Social, foram destacadas possíveis demandas para avaliação de impacto social:

- Abrangência;
- Acesso/ circulação;
- Aderência à prática profissional do discente;
- Aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional / Objetivos do programa / Linha de pesquisa;
- Aderência com políticas públicas;
- Âmbito impactado pelo produto;
- Carência do produto;
- Implementação na prática profissional/ sociedade;
- Integração/ cooperação do produto;
- Nível de ensino;
- Transferência da tecnologia para a sociedade.

(Carvalho; Stampa; Santana, 2020).

Um material produzido por um grupo de trabalho da CAPES, sobre o estudo de impacto social nas pós-graduações, ponderou que o produto mais importante é a formação do egresso, no entanto, a produção realizada traz insumos do impacto na sociedade. O trabalho destacou alguns insumos para avaliação do impacto de produtos na sociedade:

- Tipo de produto;
- Linha de pesquisa;
- Vínculo com o PDI;
- Mecanismo de transferência;
- Abrangência;
- Disponibilidade;
- Setor beneficiado.

(Brasil, 2019e).

Regulação

Ao observar a ficha de avaliação da área de ensino, no quesito 3 denominado “Impacto na Sociedade”, item 3.1 “Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa”, avalia-se isto:

De que modo a produção intelectual indicada pelo programa aborda temas relevantes e inovadores, que contribuem para o atendimento a demandas sociais da área de ensino, com alcance local, regional, nacional ou internacional? (p. 7) .

O item 3.2 “Impacto econômico, social e cultural do programa”, avalia-se o seguinte:

Que evidências estão presentes na descrição de casos de sucesso do PPG nos últimos 15 anos (2006-2020), que mostram contribuições do programa ao desenvolvimento socioeconômico regional, em termos de atividades de extensão ou eventos, parcerias com setores de serviços ou de gestão pública, ações de cooperação entre programas ou instituições com níveis de consolidação diferentes, voltados à nucleação, solidariedade, inovação, pesquisa, desenvolvimento da pós-graduação ou desenvolvimento econômico, tecnológico ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica? (p.8).
(Brasil, 2020).

Fonte: Análise dos autores, 2025.

➤ Definição de indicadores

Com base na pesquisa realizada, a partir do referencial interno, externo e das demandas da regulação, foram levantados os indicadores que poderão contribuir para avaliação do impacto das produções de um programa stricto sensu profissional. A consulta da própria comissão que gerencia este processo no programa do Stricto Sensu, constitui-te uma etapa inegociável para a autoavaliação.

No caso foi realizado um brainstorming com a Comissão de Autoavaliação do Stricto Sensu do PPGESA, em que se investigou os indicadores que poderiam ser utilizados no contexto vivenciado, sem que se evidenciasse nenhum material previamente. A sumarização dos indicadores encontrados está no quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores de impacto e relevância social de PE/PTT identificados durante a pesquisa.

Referencial interno	Referencial externo	Regulação	Comissão de autoavaliação
-	1- Tipo do produto	1- Tipo do produto	1- Tipo de produto
1- Aderência ao Plano de Desenvolvimento o Institucional	2- Aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional	-	2- Aderência ao Plano de Desenvolvimento o Institucional
2- Aderência aos objetivos do programa	3- Aderência aos objetivos do programa	2- Aderência aos objetivos do programa	-
3- Regionalidade	-	-	3- Regionalidade
-	4- Aderência à prática profissional do discente	3- Aderência à prática profissional do discente	-
-	5- Aderência à linha de pesquisa	4- Aderência à linha de pesquisa	-
-	6- Grau de inovação	5- Grau de inovação	-
-	-	-	4- População alvo a qual se destina (vulneráveis)
4- Aderência com o SUS	7- Aderência com o SUS	-	5- Nível de atenção à saúde
5- Nível de ensino	8- Nível de ensino	6- Nível de ensino	6- Ensino/ formação de profissionais
-	-	-	7- Cenários de educação/ aprendizagem
6- Natureza da instituição	9- Natureza da instituição	7- Natureza da instituição	-
7- Âmbito impactado pelo produto	10- Âmbito impactado pelo produto	8- Âmbito impactado pelo produto	8- Âmbito impactado pelo produto
8- Abrangência	11- Abrangência	9- Abrangência	9- Abrangência

-	12- Integração/ cooperação do produto	10- Integração/ cooperação entre instituições	-
9- Aderência com políticas públicas	13- Aderência com políticas públicas	11- Aderência com políticas públicas	-
-	14- Fomento à multidisciplinaridade	-	-
-	15- Acesso/ circulação	-	10- Disseminação do produto
-	-	-	11- Quantidade de download
-	16- Validação	-	-
-	17- Registros e/ou patentes	-	12- Registro
10- Implementação na prática profissional/ sociedade	18- Implementação na prática profissional/ sociedade	-	13- Implementação na prática profissional/ sociedade
-	19- Transferência da tecnologia para a sociedade	-	14- Transferência
-	20- Replicação da tecnologia por terceiros	-	-
-	21- Temporalidade para implementação	-	-
-	-	-	-
-	22- Vida útil do produto	-	-
-	23- Retorno financeiro	-	-
-	24- Visibilidade do produto	12- Visibilidade do produto	-

Fonte: Análise dos autores, 2025.

➤ Construção de itens

Com base no levantamento de indicadores, foram construídos itens, em sua maioria qualitativos, dentro de uma escala nominal. Alguns aspectos ponderados sobre os itens:

- Foram desenvolvidos itens relacionados às demandas da Região Amazônica, para dar a relevância na região em que o PPGESA está inserido. Este aspecto não foi ponderado em nenhum destes referenciais: interno, externo e regulação. A encomenda do item surgiu da própria comissão de autoavaliação do PPGESA;
- Foi utilizada a escala *Phrase Completion* para itens qualitativos, em que se desejou ter um dado numérico associado;
- Foram desenvolvidos itens de respostas subjetivas, para oportunizar aos respondentes a opção de escrever, dando um maior detalhamento que os itens objetivos não conseguem promover.

Estes itens foram agrupados em 4 seções, como mostrado no quadro 8.

Quadro 8 – Seções e quantidade de itens do instrumento de coleta de dados para avaliação de impacto social de produções do PPGESA

Seções	Nº de itens de resposta objetiva	Nº de itens de resposta subjetiva
Identificação	6	0
Aderência com o programa, prática profissional e inovação	6	2
Caracterização quanto aos aspectos sociais	7	1
Caracterização quanto ao acesso, implementação, transferência e replicabilidade	9	3

Fonte: Autores da pesquisa, 2025.

O instrumento final na íntegra será posto ao final deste capítulo com comentários.

VALIDAÇÃO

Por se tratar de um instrumento para autoavaliação, é imprescindível que seja realizado pelos atores relacionados. Então, de posse do instrumento preliminar, novamente a Comissão de Autoavaliação da Pós-graduação foi convidada a participar de um grupo focal modificado, opinando sobre cada item construído. Estes, então, foram balizados quanto à relevância, semântica, ao enunciado, às alternativas de resposta e aos tipos de respostas (ex. várias respostas possíveis, uma resposta possível).

Com o instrumento já analisado pela comissão, este foi levado à apreciação de 15 juízes-especialistas, que opinaram sobre a relevância e pertinência de cada um dos itens. O resultado está na tabela 1, e ao método de validação exposto na íntegra em (Lira *et al.*, 2025a).

Tabela 1 – Resultado da validação do instrumento de avaliação impacto e relevância social de PE/PTT por juízes-especialistas

Seções	DT%	DP%	NN%	CP%	CT%	CVC
1 – Identificação	0	3,33	13,33	26,67	56,67	0,88
2 – Aderência com o programa, prática profissional e inovação	0	0,83	11,25	18,75	69,17	0,91
3 – Caracterização quanto aos aspectos sociais	0	0,00	7,62	17,14	75,24	0,94
4 – Caracterização quanto ao acesso, implementação, transferência e replicabilidade	0	5,33	3,00	22,00	69,67	0,91
Total						0,92

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Legenda: DT= Discordo totalmente; DP= Discordo parcialmente; NN= Nem concordo, nem discordo; CP= Concordo parcialmente; CT= Concordo totalmente; CVC= Coeficiente de Validade de Conteúdo.

Como a própria construção já envolveu a participação de 2 egressos, ou seja, o público-alvo para a aplicação do instrumento, suprimiu-se a validação semântica prevista inicialmente, já que não houve mudanças consideráveis no instrumento proposto após a validação por juízes-especialistas.

VERSÃO FINAL DO INSTRUMENTO

O instrumento finalizou com 34 itens, dividido em 4 seções, e teve itens relacionados com as 4 fontes de informações, como descrito no quadro 7. É preciso especificar que alguns itens necessitam de pequenas adaptações para serem pertinentes para outros programas stricto sensu profissionais, como o 4 que versa sobre linhas de pesquisa ou o 6 que aborda os produtos da área 46.

Outros itens necessitam ser excluídos em outros contextos, como o 9 que versa sobre o atendimento das demandas da Região Amazônica; ou o 16, que aborda sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Vale salientar novamente isto: no que diz respeito à pós-graduação stricto sensu, a Comissão de Autoavaliação é quem deve decidir sobre o que será avaliado.

PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO

1. Autor: _____

2. Título da dissertação / tese: _____

3. Ano de conclusão: _____

4. Qual a linha de pesquisa que o(a) Sr(a) estava inserido(a)?

- Gestão e planejamento em ensino na saúde na Amazônia;
- Fundamentos e metodologias em ensino na saúde na Amazônia.

5. Para responder os próximos itens desta pesquisa, escolha somente um produto educacional/produto técnico-tecnológico, o considerado mais relevante, produzido durante sua formação no PPGESA.

6. Tipo de produto (CAPES, 2019; Ficha de Avaliação da Área de Ensino, 2020):

- Material didático/instrucional (que são propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros).
- Curso de formação profissional (atividade de capacitação criada, atividade de capacitação organizada, cursos, oficinas, entre outros).
- Tecnologia social (produtos, dispositivos ou equipamentos; processos, procedimentos, técnicas ou metodologias; serviços; inovações sociais organizacionais; inovações sociais de gestão, entre outros).
- Software*/Aplicativo (aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros).
- Evento Organizado (ciclos de palestras, exposições científicas, olimpíadas, expedições, feiras e mostras científicas, atividades de divulgação científica, entre outros).
- Relatório Técnico Conclusivo (texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em

termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido).

- Acervo (curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros).
- Produto de comunicação (produto de mídia, criação de programa de rádio ou TV, campanha publicitária, entre outros).
- Manual/Protocolo (guia de instruções, protocolo tecnológico experimental/ aplicação ou adequação tecnológica; manual de operação, manual de gestão, manual de normas e/ou procedimentos, entre outros).
- Carta, mapa ou similar (Produtos com origem em estudos cartográficos, representando objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos).
- Outros: _____

PARTE 2 – ADERÊNCIA COM O PROGRAMA, PRÁTICA PROFISSIONAL E INOVAÇÃO

7. De posse da missão da UEPA “Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, o produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA contribuiu para a concretização da missão da UEPA de modo:

Pouco relevante	<input type="radio"/>	Muito relevante										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

8. De posse do objetivo do PPGESA “Formar profissionais com capacidade técnico-científica para atuar e produzir conhecimento como formadores na confluência da universidade e dos serviços de saúde com enfoque na região amazônica”, o produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA contribuiu para a concretização da missão da UEPA de modo:

Pouco relevante	<input type="radio"/>	Muito relevante										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

9. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA contribuiu diretamente para a resolução das demandas da Região Amazônica:

Sim.

Não.

10. Comentários sobre a relação do seu produto educacional/ técnico-tecnológico com concretização da missão da UEPA, do objetivo do PPGESA e resolução das demandas da Região Amazônica:

11. O produto educacional / técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA teve inspiração e efetividade na resolução de problemas da sua prática profissional da época de idealização?

- Sim.
- Não.

12. O produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA teve aderência à sua linha de pesquisa?

- Sim.
- Não.

13. Como o produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA pode ser classificado quanto a inovação?

- Teor inovador baixo (adaptado de conhecimento já existentes).
- Teor inovador médio (combinação de conhecimentos pré-existentes).
- Teor inovador alto (baseado em conhecimento inédito).
- Não sei responder.

14. Comentários sobre a relação do seu produto educacional/ técnico-tecnológico com a resolução de problemas, a aderência à linha de pesquisa e teor de inovação.

A large, empty rectangular box with a thin purple border, intended for the user to provide comments on the educational product's relationship to problem-solving, research alignment, and innovation.

PARTE 3 – CARACTERIZAÇÃO QUANTO AOS ASPECTOS SOCIAIS

15. O produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu no PPGESA envolveu temática(s) relacionada(s) a grupos minoritários/vulneráveis?

- Não, não envolveu grupos minoritários/vulneráveis.
- Socioeconômico (ex. pobreza, desemprego).
- Idade (ex. crianças e idosos).
- Deficiências (ex. física e mental).
- Doenças graves (ex. síndrome da imunodeficiência adquirida, cardiopatia, Parkinson).
- Gênero/ orientação sexual (ex. mulheres, homossexuais).
- Étnico-raciais/ populações tradicionais (ex. racismo, quilombolas, indígenas).
- Outros: _____

16. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu impactou o Sistema Único de Saúde?

- Não, não envolveu o SUS.
- Sim, no nível primário.
- Sim, no nível secundário.
- Sim, no nível terciário.

17. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu impactou o ensino/formação de profissionais?

- Não, não envolveu o ensino/formação de profissionais.
- Sim, na gestão do ensino/formação.
- Sim, na graduação.
- Sim, na residência.
- Sim, na preceptoria.
- Sim, na pós-graduação stricto sensu.
- Sim, no ensino/formação de outros profissionais já formados.
- Outros: _____

18. O produto educacional / técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu tinha / teve potencial para impactar em qual(is) tipo(s) de ensino?

- Não, não envolveu nenhum tipo de ensino.
- Formal (ex. escolas ou universidades no ensino curricular).
- Não formal (ex. hospitais, clínicas, unidades básicas de saúde, escolas ou universidades no ensino extra-curricular, museus).
- Informal (ex. família ou grupos de interesses comuns – ONGs, associações, sindicatos).
- Outros: _____

19. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu tinha/teve potencial para impactar em qual(is) tipo(s) de setor da sociedade?

- Não, não envolveu nenhum tipo de setor da sociedade.
- Primeiro setor (público – ex. órgãos, instituições ou empresas públicas).
- Segundo setor (privado – ex. empresas privadas ou profissionais autônomos).
- Terceiro setor (social – ex. religioso, filantropia, organizações voluntárias, empresas sem fins lucrativos).
- Outros: _____

20. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu tinha/teve potencial para impactar em processos/situações de qual aspecto?

- Econômico.
- Saúde.
- Educacional.
- Cultural.
- Ambiental.
- Científico.
- Social.
- Artístico.

Outros: _____

21. O produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu tinha/teve potencial para impactar em processos/situações de qual abrangência?

- Local.
- Regional.
- Nacional.
- Internacional.

22. Comentários sobre as características do impacto social do seu produto educacional/técnico-tecnológico:

PARTE 4 – CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO ACESSO, IMPLEMENTAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E REPLICABILIDADE

23. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu está em algum repositório?

- Não, não está disponível em nenhum repositório.
- Sim, com acesso privado/ fechado.
- Sim, com acesso público/ gratuito em repositório nacional.
- Sim, com acesso público/ gratuito em repositório internacional.

24. O produto educacional/técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu está registrado ou patenteado?

- Sim.
- Não.

25. O produto educacional/ técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu foi implementado na prática profissional/ na sociedade?

- Não, nem durante a pesquisa foi implementado.
- Não, só durante a pesquisa foi implementado como parte de um protótipo/piloto.
- Sim, após a pesquisa foi implementado à nível local.
- Sim, após a pesquisa foi implementado à nível regional.
- Sim, após a pesquisa foi implementado à nível nacional.
- Sim, após a pesquisa foi implementado à nível internacional.

Não sei responder.

26. O produto educacional / técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu teve transferência de propriedade intelectual, ou seja, empresas internalizaram a inovação tecnológica em seu processo produtivo, para se manterem competitivas, agregar valor aos seus produtos/serviços e gerar riqueza?

- Não, não houve transferência da propriedade intelectual ou internalização do produto em empresas.
- Sim, transferido para empresa a nível local.
- Sim, transferido para empresa a nível regional.
- Sim, transferido para empresa a nível nacional.
- Sim, transferido para empresa a nível internacional.
- Não sei responder.

27. O produto educacional / técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu teve replicabilidade e impactou em processos/ situações em órgãos/ instituições da sociedade para além dos relacionados à pesquisa?

- O produto não foi implementado, transferido e replicado na sociedade.
- Sim, a nível local.
- Sim, a nível regional.
- Sim, a nível nacional.
- Sim, a nível internacional.

Não sei responder.

28. Sabendo que um produto disponibilizado na sociedade, tem um período de carência, quanto tempo o produto educacional / técnico-tecnológico levou para ser implementado/transferido / replicado à prática profissional / sociedade?

O produto não foi implementado, transferido e replicado na sociedade.

Menos de 1 ano.

Entre 1 e 2 anos.

Entre 2 e 3 anos.

Mais de 3 anos.

Outro: _____

29. Das opções abaixo, o que poderia ter sido mais bem dimensionado para a implementação ou transferência ou replicação mais exitosa do produto educacional/ técnico-tecnológico?

Melhor conhecimento do contexto.

Mais formação/capacitação.

Mais divulgação.

Mais articulação política.

Mais previsão de custos monetários.

Mais atualizações do produto educacional ou produto técnico tecnológico.

- Mais conhecimento sobre os trâmites necessários.
- Outros: _____

30. Comentários sobre o que poderia otimizar o tempo para a implementação / transferência do produto educacional / técnico-tecnológico para prática profissional / sociedade?

31. Sabendo que um produto colocado na sociedade, tem um período de vida útil, quanto tempo o produto educacional/ técnico-tecnológico ficou sendo utilizado na prática profissional/sociedade?

- Não chegou a ser implementado/transferido.
- Menos de 1 ano.
- Entre 1 e 2 anos.
- Entre 2 e 3 anos.
- Mais de 3 anos.
- Outro: _____
- Não sei responder.

32. Comentários sobre o que poderia otimizar o tempo de uso do produto educacional / técnico-tecnológico para prática profissional / sociedade?

33. O produto educacional / técnico-tecnológico que o(a) Sr(a) produziu, se relacionar os custos (valor monetário ou tempo) com os benefícios gerados na sociedade a alternativa que melhor representa é:

- Custo baixo para o benefício gerado na sociedade.
- Custo compatível para o benefício gerado na sociedade.
- Custo alto para o benefício gerado na sociedade.
- Outro.
- Não sei responder.

34. O que poderia aprimorar o impacto do produto educacional / técnico-tecnológico na sociedade?



5

**EXEMPLO DE SOFTWARE
PARA APLICAÇÃO DA
AUTOAVALIAÇÃO**

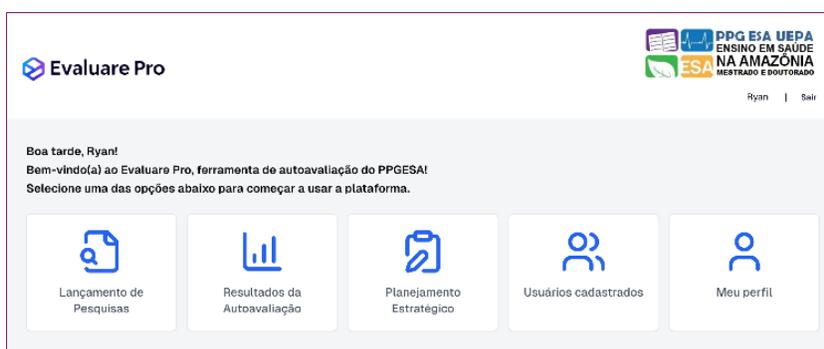
O *software* especificado neste guia, denomina-se *Evaluate Pro* (www.evaluatepro.com), cuja finalidade é trabalhar os seguintes aspectos da autoavaliação: lançamento de pesquisas, tratamento de dados e planejamento estratégico. Foi desenvolvida no contexto do PPGESA. A plataforma tem duas configurações: a de usuário (figura 3) e a de administrador (figura 4), com telas similares, mas funcionalidades distintas.

Figura 3 – Tela inicial do usuário, evidenciando as funcionalidades da plataforma.



Fonte: Evaluate Pro, 2025.

Figura 4 – Tela inicial do administrador, evidenciando as funcionalidades da plataforma.



Fonte: Evaluate Pro, 2025.

As pesquisas são lançadas pelo administrador após o cadastro do instrumento de coleta de dados e configuração do e-mail convite para o usuário. Este usuário poderá ser um aluno, professor ou egresso, e irá receber por e-mail o convite para participar da autoavaliação, para responder a um instrumento de coleta de dados. Ao acessar, será direcionado para a pesquisa (figura 5).

Figura 5 – Instrumento de coleta de dados na plataforma.

Evaluate Pro

Voltar para a página inicial

PPG ESA UEP
ENSINO EM SAÚDE
NA AMAZÔNIA
MESTRADO E DOUTORADO

Soanne Lira | Sair

Seções da Pesquisa

- 1 Identificação Responsável
- 2 Aderência com o programa, prática profissional e inovação Responsável
- 3 Caracterização quanto aos aspectos sociais Responsável
- 4 Caracterização quanto ao acesso, implementação, transferência e replicabilidade Responsável

TÍTULO DA PESQUISA: Avaliação do impacto e relevância social de produto educacional/produto técnico-tecnológico do Programa de Pós-graduação de Ensino e Saúde da Amazônia

Identificação

Autor
Soanne Lira

Título da dissertação
Avaliação da Influência de Hábitos de Vida, como Tabagismo e Etílicos, na Absorção de Nutrientes Essenciais e Saúde Metabólica

Ano de conclusão:
2015

Qual a linha de pesquisa que o(a) Sr(a) estava inserido
 Gestão e planejamento em ensino na saúde na Amazônia

Fonte: Evaluate Pro, 2025.

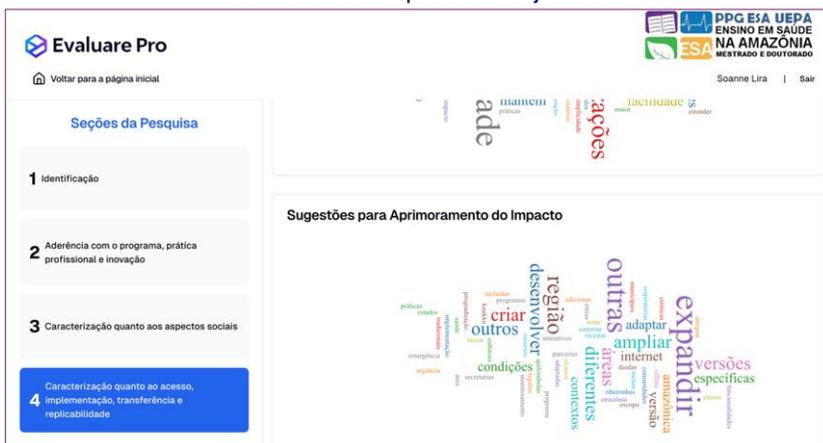
Ao finalizar o preenchimento do instrumento de coleta de dados, o usuário poderá acessar a sumarização dos resultados em tempo real, verificando tanto os dados quantitativos (figura 6) quanto qualitativos (figura 7). Isto garante a democratização dos resultados da autoavaliação do programa.

Figura 6 – Resultados da autoavaliação na plataforma, em evidência de itens de respostas objetivas.



Fonte: Evaluate Pro, 2025.

Figura 7 – Resultados da autoavaliação na plataforma, em evidência de itens de respostas subjetivas.



Fonte: Evaluate Pro, 2025.

Uma das funcionalidades mais inovadoras da plataforma é esta: além de lançar e sumarizar dados de pesquisas, o administrador, com base nos resultados, deve construir seu plano de ação baseado na

metodologia 5W2H (5 porquês)/ FCA (fato, causa, ação). Ao preencher, o administrador tem a opção de deixar as ações evidentes para os usuários interagirem, dando feedback ao gestor, tornando o planejamento participativo (figura 8).

Figura 8 – Planejamento estratégico na plataforma, na qual o usuário pode dar *feedback* ao administrador.

Evaluate Pro

Voltar para a página inicial

Soanne Lira | Sair

Planejamento estratégico

Pesquisa...

Fato	Causa	Ação	Data	Responsável	Ações
Não existem dados sobre o impacto de produtos técnico-tecnológicos/ produtos educacionais do PPGESA	Falta/ pouca exigência do órgão regulador neste aspecto: Falta de interface para pesquisas no PPGESA.	Desenvolver e validar questionário para autoavaliação com base em normativas e demandas do próprio PPGESA. Implementar interface para pesquisas, iniciando por egessos.	14/02/2025	Soanne Lira	Feedback

Enviar feedback
Nós ajudamos a melhorar! Deixe seu feedback sobre fato

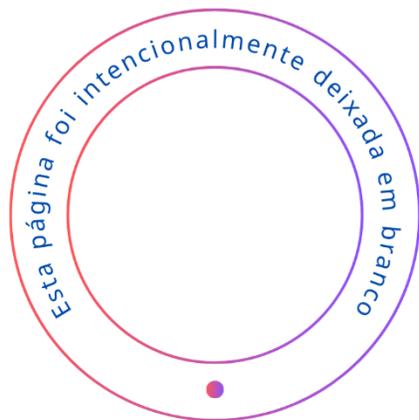
Escreva aqui...

Enviar feedback

Fonte: Evaluate Pro, 2025.

A plataforma tem potencial para ser aplicada em diversos contextos, mas será utilizada inicialmente com egressos do PPGESA, sobre a mensuração impacto social dos produtos educacionais e/ou técnico-tecnológicos produzidos pelo programa. É um passo muito importante para um programa que está no norte do país, na Região Amazônica.

Por fim, todas as estratégias, tanto a de construção e validação de um instrumento de autoavaliação, quanto a de utilização de plataformas que otimizem este processo, têm como objetivo de estabelecer uma relação entre o planejamento e avaliação, de forma democrática. Busca-se, assim, promover avanços por meio de um planejamento estratégico bem delineado, que contribua para a formação dos profissionais do PPGESA, que indiretamente refletirão na sociedade.





6

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A OBRA

A autoavaliação é uma ferramenta fundamental para a melhoria contínua das instituições de ensino superior. A elaboração de um instrumento adequado, sua validação e aplicação eficiente, garantem que os resultados obtidos sejam confiáveis e possam subsidiar decisões estratégicas.

Para que esse processo alcance seus objetivos, é fundamental que seja conduzido de maneira participativa e transparente, envolvendo a comunidade acadêmica na construção de um ambiente educacional mais eficiente e responsivo às demandas sociais.



REFERÊNCIAS

BAHIA, Leandro Oliveira (ORG.). Guia referencial para construção e análise de indicadores. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2021.

BEATON, Dorcas E.; BOMBARDIER, Claire; GUILLEMIN, Francis; FERRAZ, Marcos Bosi. Guidelines for the Process of Cross-Cultural Adaptation of Self-Report Measures. Spine, [S. l.], v. 25, n. 24, p. 3186, 2000. Disponível em: https://journals.lww.com/spinejournal/citation/2000/12150/guidelines_for_the_process_of_cross_cultural.14.aspx. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília. 2004.

BRASIL. Decreto no 7234. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. . 2010.

BRASIL. Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância: Recredenciamento. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Ministério da Educação., 2017. a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf.

BRASIL. Instrumento de avaliação de cursos de graduação: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Ministério da Educação., 2017. b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf.

BRASIL. Autoavaliação dos programas de pós-graduação. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019. a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ficha de avaliação. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019. b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Produção técnica. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019. c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 4 fev. 2023.

BRASIL. Documento de área: Área 46 - Ensino. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019. d. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>.

BRASIL. Impacto e Relevância Econômica e Social - Relatório final de atividades. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, , 2019. e. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>.

BRASIL. Ficha de Avaliação dos Programas Acadêmicos e Profissionais: Área 46 - Ensino. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal e Nível Superior Divisão de Avaliação., , 2020.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche De; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. Serviço social e sociedade, [S. l.], n. 139, p. 415–426, 2020. DOI: 10.1590/0101-6628.220.

COOK, David A.; HATALA, Rose. Validation of educational assessments: a primer for simulation and beyond. Advances in Simulation, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 31, 2016. DOI: 10.1186/s41077-016-0033-y. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41077-016-0033-y>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais Brasileiras. Revista Ciências Administrativas, [S. l.], v. 28, p. e12649–e12649, 2022. DOI: 10.5020/2318-0722.2022.28.e12649. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/12649>. Acesso em: 16 mar. 2025.

GOMES, Marta Quintanilha; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues; SOUZA, Aline Corrêa De; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa; GOMES, Marcellly de Freitas; TEIXEIRA, Carla Pacheco. Perfil dos egressos de um mestrado profissional na área da saúde em rede nacional. *Revista brasileira de educação médica*, [S. l.], v. 47, n. 1, 2023. DOI: 10.1590/1981-5271v47.1-20210467.

HAYNES, Stephen N.; RICHARD, David C. S.; KUBANY, Edward S. Content Validity in Psychological Assessment: A Functional Approach to Concepts and Methods. [S. l.], v. 7, n. 3, p. 238–247, 1995. DOI: 10.1037/1040-3590.7.3.238.

HERNÁNDEZ-NIETO, Rafael. *Contributions To Statistical Analysis: The Coefficients of Proportional Variance, Content Validity and Kappa*. Mérida: BookSurge Publishing, 2002.

HODGE, David R.; GILLESPIE, David F. Phrase Completion Scales. *Journal of Social Service Research*, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 1–12, 2007. DOI: 10.1300/J079v33n04_01. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J079v33n04_01. Acesso em: 15 fev. 2023.

HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marcell (ORG.). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015.

JOVENTINO, Emanuella Silva; XIMENES, Lorena Barbosa; ORIÁ, Mônica Oliveira Batista. *Construção e validação de escala para mensurar a autoeficácia materna na prevenção da diarreia infantil*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1796/1/2010_dis_esjoventino.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

LIRA, Soanne Chyara Soares; MACÊDO, Rafaela Cordeiro De; BOULHOSA, Fabiano José da Silva; ALVES, Etiane Prestes Batiola; GORAYEB, Adriana Letícia dos Santos; DOMINGUES, Robson José de Souza; TEIXEIRA, Renato da Costa; PORTELLA, Márcia Bitar. *Construção e validação de instrumento de autoavaliação de impacto e relevância social de produtos educacionais/ técnico-tecnológicos*. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e7476–e7476, 2025a.

LIRA, Soanne Chyara Soares; MACÊDO, Rafaela Cordeiro De; BOULHOSA, Fabiano José da Silva; ALVES, Etiane Prestes Batiola; GORAYEB, Adriana Letícia dos Santos; DOMINGUES, Robson José de Souza; TEIXEIRA, Renato da Costa; PORTELLA, Márcia Bitar. O impacto social de programas stricto sensu profissionais no Brasil – revisão integrativa. Caderno Pedagógico, [S. l.], v. 22, n. 5, p. e14963–e14963, 2025b.

MANZO, B. F.; CALDAS, M. M.; ALVES, T. F.; TOURINHO, F. S. V.; PREIS, L. C. PROTOTIPAÇÃO E VALIDAÇÃO: NÃO É SÓ CIÊNCIA, É EXPERIÊNCIA, FACILIDADE E DINAMISMO. Em: TOURINHO, Francis Solange Vieira; SCHUELTER, Patrícia Ilha; FERMO, Vivian Costa; CALDAS, Marciele Misiak; ALVES, Thaís Fávero; BARBOSA, Sarah Soares (eds.). Desenvolvimento de Tecnologias em Pesquisa e Saúde: da Teoria à Prática. 1. ed. [s.l.] : Editora Científica Digital, 2022. p. 122–137. DOI: 10.37885/220408593. Disponível em: <http://www.editoracientifica.com.br/articles/code/220408593>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MESQUITA, Marcos Paulo; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. Conhecimento produzido sobre autoavaliação nos programas de pós-graduação brasileiros. Educere et Educare, [S. l.], v. 18, n. 45, p. 106–125, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i45.30343. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30343>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PASQUALI, Luiz. Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de Evidências para a Prática da Enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2019.

ROCHA, Sarah Lais; DOMINGUES, Robson José de Souza; TEIXEIRA, Elizabeth; LIMA, Lucas Henrique de Amorim. Validação de produtos educacionais em ensino em saúde. Belém: Editora Neurus, 2024.

Sobre o Programa – PPG ESA. , [s.d.]. Disponível em: <https://proresp.uempa.br/ppgesa/sobre-o-programa/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2027. Belém: UEPA, 2017. Disponível em: <https://www.uepa.br/sites/default/files/pdiuepa.pdf>.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 6 ago. 2023.

WILLIS, Gordon B. *Cognitive interviewing: A tool for improving questionnaire design*. [s.l.] : Sage publications, 2004.

